



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias [AT]

INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS SOCIAIS: PASSADO, PRESENTE OU FUTURO?

GUERREIRO, J. André

Licenciado em Sociologia, Universidade do Algarve, jorgeaguerreiro@gmail.com

Resumo

A interdisciplinaridade tem sido alvo de uma crescente atenção no seio das ciências sociais. Os novos desafios do mundo pós-moderno levaram a que muitas áreas se redefiniram para lá das divisões clássicas das disciplinas académicas tradicionais e se situassem num plano epistemológico assumidamente interdisciplinar. Vários autores defendem que a interdisciplinaridade é uma nova tendência dominante, contrariando a especialização, enquanto outros apontam que a interdisciplinaridade representa “o sinal mais claro de erosão das disciplinas enquanto modelo predominante de organização no mundo académico.”

Em Portugal, a questão da interdisciplinaridade tem passado algo despercebida, só muito recentemente tendo entrado para o debate académico. A produção literária académica continua a refletir uma fragmentação disciplinar e a temática da interdisciplinaridade tem sido ignorada nas publicações de referência em Portugal, sendo apenas referida de passagem em poucos trabalhos, de forma genérica.

O presente artigo irá abordar a crescente popularidade das abordagens interdisciplinares no contexto político, social e cultural subjacente, terminando numa análise da interdisciplinaridade no plano científico português, de modo a identificar a sua prevalência nas ciências sociais em Portugal e o estágio em que se encontra.

Abstract

Interdisciplinarity has been getting more attention amidst the social sciences over the last years. The new challenges presented by the postmodern world caused many areas to redefine beyond the classical divisions of traditional academic disciplines and to situate themselves on an epistemological interdisciplinary plane.

Several authors support that interdisciplinarity is a new dominant tendency, going against the overspecialization of social sciences, while others point out that interdisciplinarity represents “probably the clearest sign of the erosion of disciplines as the predominant mode of academic organization.”

In Portugal, the question of interdisciplinarity has received little attention, having only recently entered in the academic debate. The academic literary production continues to reflect a disciplinary fragmentation and subject of interdisciplinarity has been largely ignored on the Portuguese’s major scientific publications, being referred to only in passage in few works, in a generic way.

The present article will address the rising popularity of interdisciplinary approaches on the political, social and cultural contexts, ending on an analysis of interdisciplinarity in Portugal’s social sciences, in an attempt to identify its prevalence.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; ciências sociais; epistemologia; investigação social.

Keywords: Interdisciplinarity; social sciences; epistemology; social research.

[COM0229]

1. Introdução

A interdisciplinaridade tem vindo a crescer nos últimos anos em Portugal (assim como no resto do mundo). Apesar de não se tratar de algo particularmente recente no plano internacional, no cenário português tardou a chegar, sobretudo ao mundo académico. Não obstante, a investigação interdisciplinar tornou-se numa abordagem popular nas ciências sociais. Basta considerarmos o número de artigos, estudos, projetos e centros de investigação nascidos na última década e meia que utilizam o termo interdisciplinar (entre variantes e equivalentes) na sua descrição ou até mesmo designação. Mas o que é a interdisciplinaridade?

Interdisciplinaridade é um termo à primeira vista explícito quanto baste para dispensar indagações mais aprofundadas, pois afinal, mesmo aqueles menos familiarizados com a linguagem científica rapidamente responderão, quando inquiridos acerca do seu significado, que interdisciplinar significa, grosso modo, algo elaborado com recurso a várias disciplinas. Mesmo entre investigadores, estudantes e professores de áreas científicas diversas a resposta parece variar pouco – uma investigação ou trabalho será interdisciplinar quando integra as perspetivas e contributos de várias disciplinas (Lattuca, 2001).

Ainda que esta resposta não esteja de modo algum errada, é porém reducionista da matéria substantiva da interdisciplinaridade. E efetivamente tem sido essa a minha experiência quando discuto o tema por entre corredores de universidades. Todos sabem o que é a interdisciplinaridade, mas quando se trata de explicar naquilo em que consiste, o que sobressai é o entendimento tácito da questão. Isto não seria de todo preocupante não fosse o termo ser utilizado tão frequentemente nos dias que correm (Moran, 2002). Atrevo-me mesmo a afirmar que a interdisciplinaridade aproxima-se rapidamente da globalização enquanto palavra coqueluche dos discursos e projetos de investigação em ciências sociais, sem que a preocupação com a sua aplicação geralmente corresponda aos requisitos mínimos da investigação científica.

Mais surpreendente para mim foi ter participado há poucos meses num congresso internacional sobre interdisciplinaridade em ciências sociais, no qual falou-se de praticamente tudo (até de neurosífilis, engenharia ou ecologia, pasme-se!) menos de interdisciplinaridade. Revelar-se-ia assim um congresso interdisciplinar sobre ciências sociais e não um congresso sobre interdisciplinaridade em ciências sociais. Mas o dito congresso tranquilizou-me contudo acerca das minhas preocupações, pois estava claro que não era um problema meramente português, mas antes do estado atual das ciências sociais. E portanto comecei a questionar-me até que ponto o termo, ou melhor – o próprio ideal de interdisciplinaridade –, é compreendido no mundo científico, em particular no das ciências sociais.

Foi a partir desta interrogação que pensei todo um projeto, do qual o presente artigo é produto da primeira etapa: O que é a interdisciplinaridade? Como surgiu? E como se realiza uma investigação interdisciplinar? Serão estas as questões que nos guiarão ao longo deste artigo, aludindo brevemente ao caso particular português.

2. Interdisciplinaridade e suas origens

A interdisciplinaridade tornou-se numa abordagem popular nas ciências sociais por volta do final do século XX e início do século XXI (Swindall, 2001), remetendo as suas origens aos anos 70 (Hoffmann-Riem *et al.*, 2008; Schmidt, 2008), ainda que a primeira utilização do termo date à década de 30 (Broto *et al.*, 2009). Pode ser argumentado que originalmente toda a ciência era interdisciplinar, tomando os tempos em que a filosofia abrangia a totalidade das áreas do conhecimento como sucedia nos períodos clássico e medieval (Rupprecht & Schmidt, 1999). Mas a classificação formalista de ciência que é hoje em dia utilizada rapidamente exclui a produção científica deste período por carecer de sustentação para poder ser assim designada. Não obstante, o carácter interdisciplinar do pensamento durante estes dois milénios era ubíquo.

Outro argumento remete a origem da interdisciplinaridade nas ciências sociais para o final do século XIX e início do século XX, quando as primeiras disciplinas das ciências sociais conquistaram a sua independência

das ciências naturais. Ainda que efetivamente a investigação deste período tivesse uma circunscrição menos estrita às fronteiras entre disciplinas, marcadas por uma linguagem e métodos mais transversais ao coletivo das ciências sociais, isto era primariamente resultado de alguma indefinição destas disciplinas devido ao estágio inicial em que se encontravam, mais do que resultado do desejo dos investigadores quererem utilizar uma abordagem interdisciplinar.

Creio merecer ainda menção que para se querer ultrapassar as lógicas monísticas das disciplinas, como é desígnio da interdisciplinaridade enquanto abordagem, é condição necessária que existam disciplinas estabelecidas e como tal reconhecidas (Moran, 2002). Acresce ainda que a visão dicotômica entre as disciplinas e a interdisciplinaridades é falaciosa, dado não serem mutuamente exclusivas nem tampouco rivais no processo de produção de conhecimento (Osborne, 2013). Este raciocínio invalida todas as tentativas de situar a origem da interdisciplinar em qualquer período anterior às primeiras décadas do século XX, quando se estabeleceram formalmente as primeiras disciplinas científicas (Lattuca, 2001).

Retomando a discussão, é antes de mais necessário sublinhar que a interdisciplinaridade tem vários outros nomes. Frequentemente encontraremos referências a multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, polidisciplinaridade, supradisciplinaridade e, no caso particular da literatura em inglês, encontramos ainda o termo *cross-disciplinarity*. Para todos os efeitos, estes termos e neologismos são geralmente utilizados com o mesmo significado, apesar de alguns autores terem tentado – com pouco sucesso, sublinhe-se –, diferenciá-los (Broto *et al.*, 2009; Cronin, 2008; Klein, 2010; Kline, cit in Rupprecht & Schmidt, 1999).

Um exemplo disto é o que sucede com os termos mais utilizados: os de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Enquanto Cronin (2008) coloca a transdisciplinaridade um nível acima da interdisciplinaridade, como se de uma etapa ulterior do mesmo processo se tratasse, Schmidt (2009) defende o oposto, afirmando que a transdisciplinaridade é uma componente da interdisciplinaridade. Vários outros exemplos destes podem ser encontrados na literatura consagrada ao tema, chegando por vezes a níveis humorísticos as tentativas infrutíferas de diferenciação entre os vários termos. Nesta matéria encontro-me de acordo com Schmidt ao afirmar que muitos destes termos são indiferenciados, uma vez que utilizam a mesma sustentação epistemológica, não podendo assim ser considerados originais ou singulares face aos restantes. Assim, a utilização de um em detrimento de outro depende dos autores e do campo semântico do prefixo em questão. A título de exemplo, quando falamos em equipas de investigação é mais comum encontrarem-se os termos multidisciplinar ou pluridisciplinar. Já no caso das investigações e projetos, os termos interdisciplinar, supradisciplinar e transdisciplinar (e o inglês *cross-disciplinary*) são mais frequentes.

Não será necessário um árduo exercício de pesquisa para percebermos que esta diversidade de termos dificulta a defesa desta abordagem à investigação social e resulta numa produção em torno da matéria pautada por alguma fragmentação. Portanto, para evitar confusões, no presente artigo utilizar-se-á o termo interdisciplinaridade em todos os casos, excetuando aqueles em que os autores citados utilizem perentoriamente um dos seus equivalentes.

Mas ainda que o termo possa gerar confusão, o fenómeno que compreende está bem documentado, tendo sido alvo de estudo da filosofia desde o próprio estabelecimento do pensamento filosófico. Como afirma Schmidt (2008, pp. 56), termos como “monismo e pluralismo, unidade das ciências, relações inter-teóricas, holismo, unificação, reducionismo, racionalização, etc” são demonstrativos de como o debate acerca das fronteiras entre as disciplinas e o conhecimento, assim como dos métodos e do racional utilizado para preterir uns em favor de outros, antecede em muito a emergência da interdisciplinaridade nas ciências sociais, assim como a origem da própria fundação das disciplinas.

Posto isto, a interdisciplinaridade, nos termos formais aqui discutidos, nasceu de duas situações relacionadas entre si e características das últimas décadas do século vinte. Uma delas foi a crescente fragmentação das ciências sociais em objetos de estudo cada vez mais especializados, que resultavam em constrangimentos

para a investigação, com as disciplinas que se iam multiplicando a tornarem-se forças constringedoras (Lattuca, 2001). Os primeiros trabalhos interdisciplinares foram uma tentativa de romper com esta fragmentação e devolver um caráter mais holista à investigação social.

A outra situação que promoveu o surgimento da interdisciplinaridade foi a emergência de novos problemas, característicos da pós-modernidade ou da modernidade tardia, e que desafiavam as lógicas tradicionais das disciplinas que compunham as ciências sociais. São exemplo de isto os problemas ecológicos, as migrações e novas formas de mobilidade, as questões raciais e étnicas no ocidente, as novas tecnologias e os desafios e incertezas que criam, as mudanças sociais das últimas décadas, as transformações dos estados-nação, a toxicologia, entre outros (Cronin, 2008; Berma & Sulehan, 2004; Porter *et al.*, 2007).

Podemos até considerar o movimento pós-modernista responsável pela criação do contexto social e cultural dentro do mundo acadêmico que possibilitou que a interdisciplinaridade se tornasse numa realidade. A visão fraturada, aberta e indeterminada que os pós-modernistas têm do mundo estendeu-se à própria criação de conhecimento, colocando a lógica das disciplinas em questão (Moran, 2002) e motivando todo um repensar dos contributos, sucessos e fracassos do conhecimento científica perante o mundo em crescente mudança.

Desta forma, pode ser afirmado que a interdisciplinaridade surgiu como uma possível solução para ultrapassar os problemas que o mundo enfrentava e que desafiavam as tradicionais lógicas disciplinares, iludindo investigadores e cientistas, talvez ainda prisioneiros dos moldes canónicos das suas próprias disciplinas (Cronin, 2008; Jabareen, 2009). A interdisciplinaridade apresenta-se assim como um incentivo à cooperação, uma vez que requer um maior entendimento de competências generalistas, assim como de competências especializadas, colocando maior pressão nos investigadores para trabalharem em equipa e procurarem contributos de outras disciplinas (Hettne, 2009), abandonando qualquer fundamentalismo monodisciplinar (Berma & Sulehan, 2004) e pluralizando a investigação científica.

Esta consideração é pertinente, pois houve quem culpasse a falta de progresso em alguns campos do conhecimento humano na incapacidade dos investigadores e cientistas se adaptarem aos novos desafios que o mundo pós-moderno apresentava e que rompiam com muitos dos pressupostos ontológicos de vários campos científicos, gerando-se assim uma desconfiança na capacidade das ciências sociais conseguirem apresentar respostas para os novos problemas que se começavam a enfrentar neste período (Wilson, 1999).

Poderá não ser então surpreendente que o maior apoio que a interdisciplinaridade recebeu não fora do mundo académico mas antes de decisores políticos, instituições públicas, empresas e organizações (Broto *et al.*, 2009; Porter *et al.*, 2007), que rapidamente se aperceberam que soluções comuns não eram suficientes para resolver os novos problemas supracitados, pois “as orientações transdisciplinares na investigação, educação e instituições tentam ultrapassar o desfazamento entre a produção de conhecimento na academia, por um lado, e a procura de conhecimento para a resolução de problemas sociais por outro lado” (Hoffmann-Riem *et al.*, 2008, pp. 4). Desta forma, a procura de equipas, estudos e projetos interdisciplinares tornou-se num marco em vários setores, desde o público, ao privado, passando ainda pela sociedade civil, nos quais são preferidas soluções interdisciplinares apresentadas por equipas multidisciplinares, como sublinha também Hansson (1999, pp. 339), ao afirmar que: “os problemas da vida real, por oposição às experiências ideais estudadas nas disciplinas particulares, requerem soluções que combinem os esforços de muitas das tradicionais disciplinas (...) a interdisciplinaridade é um meio de levar a ciência de um plano geral e abstrato para a complexidade e especificidade da realidade concreta.”

3. Disciplinas e fragmentação académica

Para podermos prosseguir com a discussão acerca da interdisciplinaridade devemos por bem estabelecer as fundações necessárias para esse debate, nomeadamente através da clarificação do que é entendido por disciplinas (Turner, 2000). O conhecimento humano nem sempre esteve dividido em disciplinas. Se recuarmos aos primeiros filósofos ocidentais, os pré-socráticos dos séculos VII e VI a.C., constatamos que

todo o conhecimento era descrito por filosofia, fazendo jus ao significado da palavra enquanto amor ao conhecimento. E assim se manteve durante vários séculos.

É difícil precisar quando as primeiras disciplinas conquistaram a sua autonomia da filosofia, dado ser uma questão para a qual as respostas carecem de consensos. Mas poderíamos tomar como boa a hipótese de que os séculos XV e XVI, com o ressuscitado interesse pelo conhecimento e a redescoberta dos clássicos marcaram a revolução científica e levaram a que esta era fosse designada de Renascimento (Gordon, 2003). Mas o Iluminismo também marcou a viragem das sociedades ocidentais da religião para a razão, tendo a ciência e o conhecimento ganho um novo protagonismo (Wilson, 1999). E ainda há quem afirme que não se pode falar de disciplinas científicas formais anteriormente ao século XIX (Schaffer, 2013) ou ao século XX (Lattuca, 2001).

Centrando a discussão no seu significado, Lattuca (2001, pp. 23) afirma que “as disciplinas são fenómenos complexos. Elas podem definir-se como um conjunto de problemas, métodos e práticas de investigação ou corpos de conhecimento que são unificados por qualquer um dos critérios anterior. Podem também ser definidas como redes sociais de indivíduos interessados em problemas ou ideias relacionadas.” Das definições que a autora nos apresenta, a primeira cobre a infraestrutura das disciplinas, enquanto a segunda refere-se às dimensões social, cultural e histórica. Mais à frente ser-nos-á útil reter a segunda definição, dado ser particularmente útil para compreender a natureza coerciva das disciplinas e o obstáculo que constituem ao progresso e inovação em determinadas circunstâncias.

Por sua vez, Turner (2000, pp. 47) compreende as disciplinas como “tipos de coletividades que incluem uma grande proporção de pessoas detentoras de cursos com o mesmo nome da especialização diferenciadora, que estão organizadas parcialmente em unidades atribuidoras de cursos...” Estas unidades por seu turno têm a capacidade de apontar pessoas com esses cursos para ocupar as posições existentes, tendo estas o poder de atribuir cursos a estudantes dessas unidades. Desta forma, a identidade das disciplinas seria “um nome ou uma entidade entendida, que é realizada em unidades atribuidoras de cursos, como departamentos, utilizando esta marca distintiva para identificar os detentores dos cursos e ocasionalmente por empregar detentores dos cursos de outras instituições com as mesmas identidades.” (2000, pp. 47-48).

Um outro entendimento sobre as disciplinas analisa a palavra em si e os seus dois significados modernos: “[disciplina] refere-se a um ramo particular do ensino ou a um corpo de conhecimento, e à manutenção da ordem e controlo entre grupos subordinados tais como soldados, presidiários ou estudantes...” (Moran, 2002, pp. 2). Ambos os significados remetem para controlo, para organização e é precisamente nesse sentido que a análise de Brewer (1999) aponta. Enquanto as instituições académicas tendem a limitar os campos de investigação, estreitando-os e multiplicando os seus departamentos, a realidade social continua a ser total e muitos dos problemas que o mundo enfrenta poderiam ser mais facilmente compreendidos através de abordagens interdisciplinares.

Este é um argumento merecedor de consideração, dado que uma visão demasiado focada pode por vezes revelar-se contraproducente, enquanto uma perspetiva do todo possibilita novos e melhores resultados. Assim, os proponentes da interdisciplinaridade tomaram as consequências da divisão do mundo científico em disciplinas e apontaram-nas como o maior argumento a favor de um novo paradigma de investigação interdisciplinar. Como afirma Lattuca (2001, pp. 2), “Os departamentos académicos que seguem as linhas disciplinares apresentam uma organização da investigação aparentemente lógica. As associações disciplinares servem para conetar investigadores entre si e desenvolver as próprias disciplinas. Porém, com o tempo, tornou-se claro que os departamentos e disciplinas tinham alguns aspetos negativos. O crescimento exponencial do conhecimento durante o século vinte revelou como as culturas e perspetivas disciplinares podiam desencorajar interrogações e explicações que ultrapassavam as fronteiras disciplinares. É agora claro que as disciplinas são poderosas formas de restringir o conhecimento. Enquanto quadros conceptuais, elas limitam o alcance das questões de investigação que são colocadas, os tipos de métodos que são utilizados para investigar fenómenos, e os tipos de respostas que são consideradas legítimas.”

Em suma, a própria cultura das disciplinas pode tornar-se num obstáculo à investigação académica e à produção de conhecimento. As disciplinas especializam-se e estreitam-se em função dos problemas e fenómenos que estudam ou procuram compreender (Rupprecht & Schmidt, 1999). Mas o processo inverso é mais complexo: uma disciplina não se torna menos especializada por o objeto de estudo situar-se para além das suas fronteiras. Para ultrapassar isto a interdisciplinaridade assumiu uma posição pós-disciplinar, associando-se por vezes à emergência do termo teoria social (Delanty, 2006).

Sobre a dimensão institucional das disciplinas, deve procurar-se entendê-las como processos históricos. Todas as disciplinas contam a história de onde vieram, o que são e para onde vão (Schaffer, 2013). As disciplinas são ainda dotadas de normatividade, que por seu turno é transmitida aos seus praticantes. Da mesma forma que as organizações profissionais esperam, exigem e, em alguns casos, fazem cumprir determinadas condutas e posturas aos seus membros, também as disciplinas procedem de forma similar, ainda que de modo mais subtil. Os métodos e técnicas, os pressupostos ontológicos e os posicionamentos epistemológicos são regulados informalmente, sendo as universidades, centros de investigação e revistas científicas quem aplica esta regulação, gerando-se assim a ortodoxia disciplinar.

As disciplinas e as respetivas organizações dos profissionais dessas disciplinas tiveram um papel determinante na definição dos objetos, teorias, práticas e métodos que utilizam, delimitando assim o seu campo de atuação (Turner, 2000). Esta relação dialética entre os cursos e as associações profissionais, que frequentemente funcionavam sobretudo em função dos mercados e daquilo que em determinadas alturas era a procura de profissionais de cada área, acabaria por refletir a dimensão normativa das disciplinas enquanto instituições sociais.

4. Interdisciplinaridade: no que consiste

Apesar da popularidade que a interdisciplinaridade atingiu, existe ainda muita confusão no que concerne àquilo em que consiste (Schmidt, 2008). Esperar-se-ia que estivesse melhor descrita, sendo um produto do mundo académico e um termo tão frequentemente utilizado por investigadores e cientistas. Porém o mundo da ciência rege-se pelas mesmas regras de qualquer outro e o senso comum é omnipresente no perigo que representa para o conhecimento científico e sistematizado. Não obstante, muitos investigadores e cientistas têm desvalorizado a interdisciplinaridade como um mero termo atrativo, ou uma moda passageira. Hardon *et al.* (2008) rejeitam peremptoriamente esta posição, colocando a interdisciplinaridade no mesmo plano de importância que o Iluminismo e a conseqüente separação entre a filosofia e a ciência, ou a emergência das ciências sociais e humanas enquanto disciplinas, na forma como mudaram a relação entre a ciência e a sociedade.

É antes de mais importante distinguir a interdisciplinaridade enquanto abordagem científica da interdisciplinaridade enquanto ideologia científica (ou movimento, se preferirmos). Enquanto a primeira concerne aos métodos, abordagens, teorias e a toda a dimensão teórica e empírica de qualquer investigação que toma a interdisciplinaridade como quadro de referência, a última diz respeito a um estado de coisas da academia que invoca o termo desregradamente, ora como termo apelativo para figurar nos trabalhos científicos, ora como expoente do que pode ser considerado deontologicamente errado, como a produção científica somente criada com a finalidade de comercializar a academia, tomando a lógica mercantilista que condiciona a ciência nos dias presentes.

Esta última interpretação de interdisciplinaridade é puramente ideológica na sua natureza (Schaffer, 2013), tendo levado Liu já em 1989 (pp. 743) a referir-se à interdisciplinaridade como “o conceito menos crítica, pedagógica e institucionalmente pensado da academia moderna.” Retomando a comparação que fiz entre o termo interdisciplinaridade e o termo globalização, ambos usados e abusados enquanto palavras sonantes que se popularizaram dentro e fora dos muros das universidades, não há qualquer ingenuidade nesta coincidência. A investigação científica e os seus autores sobrevivem dos sucessos que os seus trabalhos têm

e a utilização de termos que ressonam fora do mundo acadêmico (e por vezes até mesmo dentro dele) potencializa esses mesmos trabalhos no que toca à sua possível visibilidade.

Gostaria também de frisar que a interdisciplinaridade não se resume nem se esgota a autores com diferentes formações acadêmicas a trabalharem juntos ou a investigações e projetos realizados com recursos a fontes de várias disciplinas. Apesar de ambos os elementos serem característicos da interdisciplinaridade enquanto abordagem, devemos procurar distinguir a interdisciplinaridade enquanto substantivo da interdisciplinaridade enquanto abordagem científica, que na condição de quadro de referência para a investigação, tem as suas características, pressupostos e especificidades.

Posto isto, a interdisciplinaridade enquanto conceito multifacetado pode referir-se tanto a objetos, como a teorias, métodos ou problemas (Schmidt, 2008), residindo na dimensão epistemológica as determinantes intrínsecas que nos permitirão classificar ou não um trabalho como interdisciplinar – e em última instância a interdisciplinaridade é precisamente isso, uma questão epistemológica, procurando integrar os vários debates acerca dos limites e fronteiras das disciplinas, os seus objetos, teorias e métodos, produzindo uma solução para ultrapassar monismos em favor de uma abordagem holista ao conhecimento científico (Sarewitz, 2010).

De acordo com Pohl e Hadorn (cit in Hoffmann-Riem *et al.*, 2008, pp. 4), uma investigação interdisciplinar procura “identificar, estruturar, analisar e resolver problemas em áreas sensíveis, com o objetivo de (a) compreender a complexidade de um problema; (b) ter em consideração a diversidade do mundo-vida e as percepções científicas dos problemas; (c) ligar o conhecimento abstrato e o conhecimento relacionado com o problema em questão; e (d) desenvolver conhecimento e práticas que promovam aquilo que é percebido como o bem comum.” Já Porter *et al.* (2007, pp. 119) definem interdisciplinaridade como “um modo de investigação conduzida por equipas ou indivíduos que integra perspetivas/conceitos/teorias e/ou ferramentas/técnicas e/ou informação/dados de dois ou mais corpos de conhecimento especializado ou práticas de investigação”, salientando que o seu propósito é o de aprofundar o conhecimento ou resolver problemas cujas soluções estão para além das capacidades de uma única disciplina. Brewer (1999, pp. 328), por seu turno, diz que a “interdisciplinaridade refere-se geralmente à combinação apropriada de conhecimento de várias e diferentes especialidades, particularmente vocacionada para resolver problemas atuais.” Referindo-se à transdisciplinaridade (no mesmo entendimento que aqui é atribuído à interdisciplinaridade), Cronin (2008, pp. 1) afirma que se trata de “um novo campo de investigação emergente na «sociedade do conhecimento», que liga ciência e política para abordar questões como a degradação ambiental, novas tecnologias, saúde pública e mudanças sociais.” Mittelstraß (cit in Hirsch Hadorn *et al.*, 2008, pp. 20) ainda fala de uma “forma de investigação que transcende as fronteiras das disciplinas para abordar e resolver problemas relacionados com o mundo-vida.”

As definições supracitadas convergem no contexto da emergência da interdisciplinaridade. São claras quanto à sua natureza prática e à tónica colocada na mudança e transformação social subjacente, mas não se revelam tão úteis quando se trata de criar uma investigação interdisciplinar. É efetivamente prática recorrente discutirem-se as origens ou debater-se o holismo por oposição ao reducionismo mais do que aquilo de que se trata (Sarewitz, 2010).

Precisamente por constituir um movimento orgânico e fragmentado foi crescendo sem que existam quadros de referências, normas ou quaisquer outras diretrizes metodológicas que possam balizar uma investigação assumida como interdisciplinar. Reside aqui, no meu entendimento, a maior debilidade da interdisciplinaridade enquanto abordagem às ciências sociais e possivelmente uma das razões preponderantes para a renitência de algumas franjas da academia para com a sua utilização. A metodologia e a ortodoxia disciplinares são alternativas confortáveis a experimentalismos epistemológicos e a prudência dita que a até qualquer nova abordagem esteja consolidada e cimentada, seja encarada com reservas. Como sublinham Broto *et al.* (2009, pp. 922) “investigação adicional é necessária para complementar os esforços anteriores acerca daquilo que as práticas de investigação interdisciplinares acarretam e como se relacionam com as práticas de investigação monodisciplinar convencionais.”

5. Conclusão: a prevalência da interdisciplinaridade nos tempos presentes

Ainda que se possa considerar um exagero referir a interdisciplinaridade como o novo paradigma nas ciências sociais, não se deverá descurar a interdisciplinaridade enquanto sintoma de algo maior. Schmidt (2008, pp. 55) subscreve esta posição, apontando-a como diagnóstico da forma como se produz conhecimento científico, enumerando uma série de nomes que representam esta mudança, em todos os casos marcada por uma confluência entre ciência, tecnologia e sociedade: “mode-2-science, post-normal science, post-paradigmatic science and societally oriented finalization, postacademic science, technoscience, problem oriented research, socio-ecological research, post disciplinaryity or «triple helix» research and innovation.”

Independentemente das reservas que possam existir perante a interdisciplinaridade enquanto abordagem ou movimento, é notória uma maior vontade de promover o diálogo entre diferentes disciplinas e departamentos académicos com o intuito de criar melhor conhecimento e mais fielmente representar o mundo que nos envolve e que procuramos compreender (Darbellay, 2008). Consequentemente, se tomarmos como válida esta premissa, poderemos reconhecer que há mérito na tentativa de criar um modelo alternativo ao atual, subscrevendo uma abordagem mais holista, como refere Sarewitz (2010, pp. 65) ao afirmar que “A realidade não está dividida ao longo das linhas disciplinares; se queremos entender o mundo em que vivemos devemos encontrar formas de investigar e descrever o mundo como ele é na realidade e não como é construído de forma diferente, necessariamente incompleta, e por vezes antagonística ou contraditoriamente pelas perspetivas disciplinares.”

Em Portugal a interdisciplinaridade nas ciências sociais encontra-se num estágio incipiente. Por oposição, a sua procura por parte de decisores políticos, instituições públicas, empresas e organizações tem vindo a crescer e a utilização do termo em contextos de investigação e publicações tem acompanhado, grosso modo, essa procura. Ainda assim, não existem registos da interdisciplinaridade ter sido estudada em contexto académico, pelo que toda uma série de questões permanecem: como veem os investigadores e cientistas portugueses a interdisciplinaridade enquanto abordagem às ciências sociais? Qual a sua predisposição para integrar equipas de investigação e elaborar trabalhos utilizando esta abordagem? Acreditam existir um contexto institucional adequado para a interdisciplinaridade ser promovida? Ou crêem sequer que é uma abordagem que poderá produzir resultados positivos e inovadores? Estas e muitas outras perguntas seriam pertinentes de ser respondidas em resultado de uma investigação às atitudes dos cientistas e investigadores sociais portugueses para com a interdisciplinaridade.

Para terminar, este próprio artigo parece ser um exercício de interdisciplinaridade, tendo feito uso de conhecimento, experiências e fontes das mais variadas áreas científicas: medicina, políticas públicas, filosofia, economia, sociologia, psicologia, biologia, ecologia, entre outros. Mas sê-lo-á mesmo? A resposta é não, uma vez que não se foca em problemas do mundo real, mas antes em questões epistemológicas particularmente circunscritas ao mundo académico e científico, assim como não enfatiza soluções, mudança social ou implicações para políticas públicas. Tem sim implicações para as dinâmicas organizacionais da produção de conhecimento científico e a utilização do termo interdisciplinaridade.

Deste modo, este artigo, como tantos outros, poderia ser considerado interdisciplinar pelas fontes que utiliza e pela abordagem teórica que faz à questão. Mas isso seria reduzir a questão da interdisciplinaridade a uma de forma, quando na realidade é epistemológica (na maneira como produz e utiliza o conhecimento), ontológica (nos objetos empíricos nos quais se foca) e metodológica (na forma como não subscreve a utilização monolítica de determinados métodos e técnicas).

Referências

- Berma, Madeline; Sulehan, Junaenah (2004). Being Multi-Disciplinary in Development Studies: Why and How, *Akademika*, 64, 43-63.
- Brewer, Garry (1999). The challenges of interdisciplinarity, *Policy Sciences*, 32, 327-337.
- Broto, Vanesa Castán *et al.* (2009). Practising interdisciplinarity in the interplay between disciplines: experiences of established researchers, *Environmental Science & Policy*, 12, 922-933.
- Calhoun, Craig & Rhoten, Diana (2010). “Integrating the social sciences: theoretical knowledge, methodological tools, and practical applications”. In Frodeman, Robert *et al.* (Ed.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity* (pp. 103-118). Estados Unidos: Oxford University Press.
- Cronin, Karen (2008). *Transdisciplinary Research (TDR) and Sustainability*. Recuperado em 3 de Agosto, 2016, de http://learningforsustainability.net/pubs/Transdisciplinary_Research_and_Sustainability.pdf.
- Darbellay, Frédéric *et al.* (Ed.) (2008). *A Vision of Transdisciplinarity – Laying foundations for a world knowledge dialogue*. França: EPFL Press.
- Delanty, Gerard (2006). *Handbook of Contemporary European Social Theory*. Estados Unidos & Canadá: Routledge.
- Gordon, Scott (2003). *The History and Philosophy of Social Science*. Londres: Routledge.
- Hansson, Bengt (1999). Interdisciplinarity: For what purpose?, *Policy Sciences*, 32, 339-343.
- Hettne, Björn (2009). *Thinking About Development*. Londres: Zed Books.
- Hoffmann-Riem, Holger *et al.* (2008). “Idea of the Handbook”. In Hadorn, Gertrude Hirsch *et al.* (Ed.), *Handbook of Transdisciplinary Research* (pp. 3-17). Suíça: Springer.
- Jabareen, Yosef (2009). Building a Conceptual Framework: Philosophy, Definitions, and Procedures, *International Journal of Qualitative Methods*, 8 (4), 49-62.
- Klein, Julie Thompson (2010). “A taxonomy of interdisciplinarity”. In Frodeman, Robert *et al.* (Ed.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity* (pp. 15-30). Estados Unidos: Oxford University Press.
- Lattuca, Lisa (2001). *Creating Interdisciplinarity: Interdisciplinary research and teaching among college and university faculty*. United States of America: Vanderbilt University Press.
- Liu, Alan (1989). The Power of Formalism: The New Historicism, *ELH*, 56 (4), 721-771.
- Moran, Joe (2002). *Interdisciplinarity*. London: Routledge.
- Osborne, Thomas (2013). “Inter that Discipline!”. In Barry, Andrew & Born, Georgina (Ed.) *Interdisciplinarity: reconfigurations of the social and natural sciences* (pp. 82-98). Estados Unidos & Canadá: Routledge.
- Porter, Alan *et al.* (2007). Measuring researcher interdisciplinarity, *Scientometrics*, 72 (1), 117-147.
- Rupprecht, Carik Schreier & Schmidt, Dennis (1999). On Interdisciplinarity: An Essay for the Special Issue, *Dreaming*, 9 (1), 3-9.
- Sarewitz, Daniel (2010). “Against holism”. In Frodeman, Robert *et al.* (Ed.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity* (pp. 65-75). Estados Unidos: Oxford University Press.
- Schaffer, Simon (2013). “How Disciplines Look”. In Barry, Andrew & Born, Georgina (Ed.) *Interdisciplinarity: reconfigurations of the social and natural sciences* (pp. 57-81). Estados Unidos & Canadá: Routledge.

Schmidt, Jan (2008). Towards a philosophy of interdisciplinarity: An attempt to provide a classification and clarification, *Poiesis Prax*, 5, 53-69.

Swindall, Jim (2001). Interdisciplinarity (Editorial), *Clean Prod Processes*, 3, 61.

Turner, Stephen (2000). "How Are Disciplines? And How Is Interdisciplinarity Better". In Weingart, Peter & Stehr, Nico (Ed.) *Practicing Interdisciplinarity* (pp. 46-65). Canadá: University of Toronto Press.

Wilson, Edward (1999). *Consilience: the unity of knowledge*. Estados Unidos: Vintage Books.